PRODUZIR

GARANTIR O SEGURO RURAL DEVE SER PRIORIDADE

SÉRGIO BORTOLOZZO
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



SABEMOS QUE a influência do clima é inerente ao setor agropecuário. Desde cedo, o agricultor aprende a olhar para o céu e decidir o momento certo de plantar, de fazer tratos culturais, de colher com melhores condições.

A questão torna-se ainda mais crucial em função das mudanças climáticas, que tornam mais frequente a ocorrência de fenômenos severos como estiagens, enchentes e tempestades.

Nós, produtores rurais, estamos atentos ao tema, buscando valorizar a crescente adoção de práticas de agricultura regenerativa no campo e ressaltar o papel dessa atividade que não apenas ajuda a emitir menos gases do efeito estufa, mas também sequestra carbono.

Em paralelo, entendemos que, mais do que nunca, ferramentas como o seguro rural são essenciais para seguir garantindo a segurança alimentar no mundo. E, no Brasil, não é diferente. Porém, temos visto uma dificuldade por parte do Governo em garantir recursos no orçamento da União para manter a parte que lhe cabe no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), que envolve seguradoras privadas, mas que depende de um apoio público na subvenção do prêmio.

Acompanhamos com preocupação as notícias, em agosto último, de que os recentes cortes no orçamento atingiram o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), tendo como um dos alvos parte dos recursos que iriam para o seguro rural.

A incerteza em relação a esse tema está causando apreensão entre os produtores e mobilizando lideranças, que buscam apoio na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). A ausência de informações sobre o PSR nos últimos dois anúncios do Plano Safra, por si só, já é um fator que angustia o setor.

Sem informações sobre quanto será destinado ao seu orçamento, agricultores ficam entre a difícil decisão de contratar o seguro e, depois, não ter como arcar sozinhos com o valor do prêmio – afinal, o momento é de margens historicamente baixas – e a decisão de simplesmente não contratar e correr o risco de perder tudo na próxima catástrofe climática, como vimos recentemente no Rio Grande do Sul.

Especialistas da própria Fundação Getulio Vargas (FGV) vêm alertando sobre a necessidade de maior previsibilidade orçamentária no PSR, o que reduz o custo do prêmio que é pago aos produtores rurais e permite às seguradoras fazerem um planejamento adequado. Como está dentro do orçamento do Ministério da Agricultura, o seguro vira alvo, com frequência, dos cortes de gastos que são necessários ao Governo. Os especialistas sugerem que o PSR passe a integrar as Operações Oficiais de Crédito, o que evitaria que seus recursos fossem contingenciados.

Entendemos que o mínimo necessário seja a suplementação do orçamento, ainda neste ano, para que se alcance R$ 3 bilhões para o PSR, além de uma previsão orçamentária para 2025 com ao menos R$ 4 bilhões.

Além disso, nosso apelo é para que haja celeridade por parte do poder público, que pode contar com a parceria do setor privado, para que uma solução definitiva seja encontrada. Fala-se em mudar o modelo, seguir padrões internacionais do seguro rural, algo que podemos, sim, avaliar em detalhes. O que não podemos é chegar ao início do plantio da safra 2024/25 sem uma previsão para produtores e seguradoras. ■

Mais do que nunca, o seguro rural é essencial para garantir a segurança alimentar do mundo. No Brasil, não é diferente. Contudo, observa-se uma dificuldade por parte do Governo em garantir recursos no orçamento da União para cobrir o que lhe cabe no PSR.